



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1858898 - PR (2021/0079720-0)

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : VALDECI MONTEIRO
ADVOGADOS : JORGE ANTONIO BARROS LEAL - PR039812
ADILSON VIEIRA DE ARAUJO - PR019851
MARCELA NEVES DE ARAÚJO - PR066619
ANDRÉ FERNANDO PEREIRA LEAL - PR064074
AGRAVADO : MARIA CECILIA ARTIMONTI
AGRAVADO : MARIA LUIZA ARTIMONTE
AGRAVADO : NEYDE LUIZA BONDIOLI ARTIMONTE
ADVOGADOS : DEMÉTRIUS COELHO SOUZA - PR024363
MARÍLIA BARROS BREDÁ - PR057936
INTERES. : CAROLINA FIOR ARTIMONTE
INTERES. : RENATO SEBASTIAO ARTIMONTE - ESPÓLIO
INTERES. : INEZ BELTRÃO ARTIMONTE - INVENTARIANTE
INTERES. : JOSE HENRIQUE FIOR ARTIMONTE
INTERES. : MARIA BERNADETE BELTRÃO ARTIMONTE
INTERES. : MARIA INEZ BELTRÃO ARTIMONTE
INTERES. : ROSANA MARIA BELTRAO ARTIMONTE
INTERES. : THIAGO SANTOS LIMA ARTIMONTE
ADVOGADOS : CESAR AUGUSTO BROTTTO - PR031044
VINICIUS MORO CONQUE - PR027226
ADRIANA MORO CONQUE PRIGOL - PR025874
DANIELLE BROTTTO - PR045106
PATRÍCIA DE ANDRADE FREHSE - PR046219
INTERES. : RONALDO GOMES NEVES
ADVOGADO : RONALDO GOMES NEVES - PR004853
INTERES. : LUIZ RENATO BELTRÃO ARTIMONTE
ADVOGADO : VITOR PRATO DIAS - PR073777

DECISÃO

Cuida-se de tutela de urgência apresentada por VALDECI MONTEIRO em que requer a concessão de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial interposto.

Assim se pronunciou o Ministro relator do Superior Tribunal de Justiça ao negar provimento ao agravo em recurso especial (fls. 847-854):

Dessarte, verifica-se a inviabilidade do especial, pela manifesta ausência de interesse recursal, uma vez que, conforme razões do acórdão recorrido, o julgado lhe foi integralmente favorável, tendo sido atendido plenamente o seu pleito do recurso especial.

Realmente, o Tribunal reconheceu exatamente a pretensão requerida no especial, senão vejamos:

Assim sendo, demonstra-se evidente que a penhora do imóvel não recairá sobre sua totalidade, como leva a crer o agravante, mas apenas sobre a porção de terras correspondente a 46,69 alqueires paulistas. Além disso, acerca da demarcação das terras, este fato já foi objeto de análise no mov. 315.1, como anteriormente explicitado, sendo que eventual insurgência deveria ter sido objeto de recurso em face daquela decisão.

[...]

Na hipótese, apesar de a Corte local não ter conhecido o recurso de agravo de instrumento por falta de dialeticidade, acabou entrando no mérito da demanda para afirmar textualmente que se demonstra "evidente que a penhora do imóvel não recairá sobre sua totalidade, como leva a crer o agravante, mas apenas sobre a porção de terras correspondente a 46,69 alqueires paulistas". Tal constatação, inclusive, deverá ser obedecida pelo magistrado de piso.

[...]

Assim, o especial não merece ser conhecido por ausência de interesse recursal.

Por outro lado, entender de forma diversa do acórdão recorrido para concluir que o a penhora recairá sobre a totalidade do imóvel, sem o decote da porção do imóvel de titularidade do agravante, demandaria o revolvimento fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na súmula 7 do STJ.

3. Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao agravo em recurso especial. Prejudicado o pleito de tutela liminar.

Requer, ao final que (fl. 937):

Ante a tudo supra exposto, requer seja concedida a TUTELA DE URGÊNCIA para que:

- a) seja REVOGADA/TORNADA INEFICAZ a decisão de cancelamento de todos os registros na matrícula de n. 22.726;
- b) seja determinado ao juízo a quo que observe as decisões proferidas pelo TJPR e STJ, e se abstenha de determinar a realização de atos que não resguardem os 24,37 alqueires paulistas reconhecidamente de propriedade do Agravante;

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

No caso em epígrafe, percebe-se a probabilidade de negativa de provimento do agravo em recurso especial diante da fundamentação apresentada na decisão que negou provimento ao agravo em recurso especial, o que leva à conclusão de ausência de fumaça do bom direito para a concessão da tutela de urgência.

Por outro lado, também não há demonstração do *periculum in mora*, não tendo o requerente desenvolvido nenhuma argumentação sobre a necessidade concreta e urgente de concessão do efeito suspensivo ao recurso interposto que justifique a atuação em regime de plantão.

Nesse sentido, trago à colação o seguinte precedente jurisprudencial:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM TUTELA DE URGÊNCIA - PRETENSÃO VOLTADA À ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL INADMITIDO NA ORIGEM, A SER REMETIDO A ESTA CORTE NA FORMA DE ARESP - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU A TUTELA PROVISÓRIA - AUSENTES OS REQUISITOS DO FUMUS BONI JURIS E DECISÃO TERATOLÓGICA OU CONTRÁRIA À JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE - FORTE PROBABILIDADE DE NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL - INSURGÊNCIA RECURSAL DOS REQUERENTES.

1. A concessão da medida cautelar para conferir efeito suspensivo a recurso inadmitido na origem é excepcional e pressupõe a aferição da existência de decisão teratológica ou manifestamente contrária à jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, somada à demonstração dos requisitos da viabilidade do apelo nobre e plausibilidade do direito invocado, e do perigo da demora.

2. A probabilidade de negativa de seguimento do recurso especial demonstra a ausência do fumus boni iuris, requisito imprescindível ao deferimento da tutela de urgência.

3. Não se tratando de decisão teratológica ou manifestamente contrária à jurisprudência desta Corte, bem assim ausente a demonstração da plausibilidade do direito invocado, requisito imprescindível ao cabimento da pretensão cautelar, impõe-se o seu indeferimento.

4. Agravo interno desprovido. (AgInt nos EDcl na Pet n. 11.773/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 17/8/2017, grifo meu).

Ante o exposto, diante da ausência do *fumus boni iuris*, indefiro o pedido de tutela provisória de urgência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente